

RESENHA

HÖFFE, Otfried (Hrsg.). *Aristoteles-Lexikon*. Redaktion: Rolf Geiger und Philipp Brüllmann. Stuttgart: Alfred Kröner Verlag, 2005, 640p.

O *Léxico Aristóteles* é um trabalho de equipe, a saber, de 28 especialistas colaboradores, todos eles, com uma só exceção, atuantes em universidades alemãs. A obra é organizada pelo Prof. Dr. Dr. h. c. Otfried Höffe, professor titular de filosofia política na Faculdade de Filosofia da Universidade de Tübingen. O organizador é o melhor exemplo da qualificação requisitada pelo cometimento. Afinal, o mesmo escreveu e editou diversos trabalhos de admitido mérito sobre a filosofia moral e política de Aristóteles, sobretudo¹.

O *Léxico* contém um Prefácio (p. vii-x), Indicações sobre a utilização (p. xi), Abreviações (de obras de autores da Antiguidade, p. xii-xiv; de léxicos e periódicos, p. xiv-xv), os Verbetes como tais (p. 1-621), Bibliografia (p. 622-8) e Índice (p. 629-40). A Bibliografia inclui (a) Introduções gerais (p. 622) e (b) Edições, traduções, comentários (p. 622-8). O último item abrange (b') a obra toda de Aristóteles (p. 622) e, então, (b'') cada obra específica (p. 623-8). O utilíssimo Índice de termos aristotélicos permite ao leitor procurar as entradas em grego transliterado do *Léxico* a partir das expressões correspondentes em alemão e latim: alemão-grego (p. 629-36; por exemplo “Beweis, demonstrativer: *apodeixis*”); latim-grego (p. 636-40; por exemplo “sapientia: *sophia*”).

Rigorosamente, são 366 (367) verbetes – “topos” é dividido em “topos (1) / Raum” e “topos (2) / Topos, Ort”, isto é, “espaço” e “topos, lugar” (p. 603-7) –, sendo 342 (343) de exposição e 24 de remissão (como seria de se esperar, o *Léxico* todo é remissivo, formando uma rede de conceitos). A ordem dos artigos segue as expressões gregas transliteradas para o alfabeto latino: assim, principia-se com “adoxos” e finda-se com “zōon politikon”. De fato, o correto é falar da ordem de termos simples e de expressões complexas, pois as últimas fazem parte do vocabulário aristotélico, como, por exemplo, “ti ên einai / Was(-zu-sein-für-etwas)-zu-sein-heißt, Wesen (τί ἦν εἶναι; lat. *quid erat esse*)”, isto é, “o que era para algo

¹ Cf., por exemplo, O. HÖFFE (Hrsg.), *Aristoteles – Die Nikomachische Ethik*, Berlin, Akademie Verlag, 1995; idem, *Praktische Philosophie. Das Modell des Aristoteles*, 2. Aufl., Berlin, Akademie Verlag, 1996; idem (Hrsg.), *Aristoteles – Politik*, Berlin, Akademie Verlag, 2001; idem, *Aristoteles*, 3., überarbeitete Aufl., München, Verlag C. H. Beck, 2005.

[particular] ser” (p. 595-8). Além disso, algumas entradas agrupam expressões equivalentes e/ou opostas na linguagem aristotélica, como “hekôn (hekousios) – ouch hekôn – akôn (akousios) / freiwillig – nicht-freiwillig – unfreiwillig (έκών [έκούσιος] – οὐχ έκών – άκων [άκούσιος]; lat. *voluntarius* – *involuntarius*)”, isto é, “voluntário – involuntário” (p. 247-50). A forma de apresentação da terminologia quer facilitar o acesso do leitor e do pesquisador. Assim, as expressões do *Léxico* iniciam com o termo grego transliterado e a tradução alemã, mais a expressão no original grego e a sua versão para o latim. Isso, pois, é feito da primeira entrada, “adoxos / ungläubwürdig, inakzeptabel (άδοξος; lat. *improbabile*)”, isto é, “improvável” (p. 1-2), até a última, “zōon politikon / politisches Lebewesen (ζῶον πολιτικόν; lat. *ens politicum, animal sociale*)”, isto é, “ente político” ou “animal político” (p. 620-1).

Esse procedimento de apresentação terminológica, porém, em exatos 20 casos não é completado. Em tais casos, falta a versão latina. É difícil saber por que, dado que, em princípio – convém que o leitor crítico verifique caso a caso –, haveria tradução latina para todos os termos (por exemplo, “exousia” e “lat. *potestas, licentia*”, “hōs epi to poly” e “lat. *ut frequenter, ut plurimum, ut in pluribus*”, etc.). Na verdade, por detrás disso há uma observação mais importante. Dado que o contexto de recepção e de tradução do pensamento aristotélico para o latim, da Antiguidade Tardia à Idade Média, constitui um marco na história dos conceitos (filosóficos, sobretudo), não só é estranha a ausência ocasional de expressões latinas, mas também a de qualquer menção do critério da escolha das expressões que constam. O máximo de informação que se obtém é que, para cada expressão grega, é apresentada “via de regra também a correspondência em latim” (cf. Prefácio, p. ix, enquanto o termo correspondente em alemão é aquele que é “corrente” (“geläufig”), a presumir nas traduções para o alemão e na literatura especializada). Ora, é importante conhecer o critério dessa correspondência, pois, obviamente, na e através da tradução para o latim, da Antiguidade Tardia à Idade Média, o pensamento aristotélico é interpretado. Critérios, aqui, podem ter sido os esforços iniciais de Cícero, de estóicos antigos, de Padres da Igreja, ou as traduções expressas de Boécio (século 6), Tiago de Veneza (século 12), Gerardo de Cremona (século 12), Miguel Scotus (século 13), Roberto Grosseteste (século 13), Guilherme de Luna (século 13), Guilherme de Moerbeke (século 13) e outros – incluindo, no caso dos medievais, traduções de comentários em grego e em árabe à obra de Aristóteles². Não importa tanto se, nas suas versões, estavam estritamente certos, mas sim que nessas tentativas reside o sentido maior do pensamento aristotélico em latim, isto é, no modo como Aristóteles foi interpretado e se tornou tão influente – como pode ser percebido, o pensamento aristotélico foi e é

² Cf. B. G. DOD, *Aristoteles latinus*, in: N. KRETMANN; A. KENNY and J. PINBORG (eds.), *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy. From the rediscovery of Aristotle to the disintegration of scholasticism 1100-1600*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, p. 74-9 (45-79); S. P. MARRONE, *Medieval philosophy in context*, in: A. S. McGRADE (ed.), *The Cambridge Companion to Medieval Philosophy*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 44 (p. 10-50).

conhecido (com que grau de “pureza”?) nas discussões sobre *anima*, *appetitus*, *beatitudo*, *cognitio*, *concupiscentia*, *essentia*, *praxis*, *res*, *sapientia*, *scientia*, *voluntas*, etc.). Afinal, seria essencial que a versão latina que consta no *Léxico* fosse apenas o trabalho um tanto distanciado do filólogo? No *Léxico Aristóteles*, a ausência de um critério adequado para a correspondência latina talvez tenha gerado distanciamentos (novamente, convém que o leitor crítico verifique caso a caso). Por exemplo, não foi o olhar aristotélico-escolástico que propôs “hoti – dihoti (das Daß (die Fakten) – das Warum (die Ursachen) (ὅτι – διότι; lat. *quod – cur*)” (p. 265s.), pois, neste caso, é notório que o latim poderia ter sido “*quia – propter quid*”. Nesses conceitos, discute-se a natureza do saber científico ou da demonstração legítima, na qual se parte do saber “que/*quia* (ou do fato de que *x* é *y* ou de que *x* é/existe)” para a causa desse efeito, tal que as premissas de um argumento silogístico válido *mostram que* a conclusão é verdadeira, ou, de preferência, do saber “por que/*propter quid* (ou do porquê, da razão por que *x* é *y* ou por que *x* é/existe)”, isto é, da causa do efeito, tal que as premissas de um argumento silogístico validamente *explanam* a conclusão.³

Ainda sobre a estrutura do *Léxico*, três apontamentos podem ser feitos. Em primeiro lugar, os conceitos aristotélicos incontestavelmente centrais foram, na maior parte dos casos, contemplados na medida da sua importância (tanto interna ao pensamento de Aristóteles quanto no tocante à sua influência na história da filosofia). Termos que, proporcionalmente, são objeto de exposição mais detalhada são, por exemplo, “*eidōs / Gestalt, Art, Form, (εἶδος; lat. figura, species, forma)*”, isto é, “figura”, “espécie” ou “forma” (p. 147-58); “*ousia / Wesenheit, Substanz (οὐσία; lat. essentia, substantia)*”, isto é, “essência” ou “substância” (p. 410-9), e “*psychê / Seele (ψυχή; lat. anima)*”, isto é, “alma” (p. 505-13). Em segundo lugar, o *Léxico* é representativo de todos os âmbitos do *corpus aristotelicum* (cf. Prefácio, p. vii). Isso diz respeito aos domínios filosóficos primazes, a saber, lógica, teoria do conhecimento, filosofia da natureza, metafísica, ética e política, como, por exemplo: “*syllōgismos / Syllogismus (συλλογισμός; lat. syllogismus)*”, isto é, “silogismo” (p. 543-8); “*aisthēsis / Wahrnehmung (αἴσθησις; lat. sensus, sentire, sensitio)*”, isto é, “sensação” (p. 10-4); “*kinēsis / Bewegung (κίνησις; lat. motus)*”, isto é, “movimento” (p. 312-8); “*on / seiend, Seiendes (ὄν; lat. ens)*”, isto é, “ente” (p. 393-9); “*phronēsis / Klugheit (φρόνησις; lat. prudentia)*”, isto é, “prudência” (p. 451-4); “*oligarchia / Herrschaft der Wenigen, Oligarchie (ὀλιγαρχία; lat. oligarchia)*”, isto é, “oligarquia” (p. 391-3). Ele tange também conceitos-chave de disciplinas filosóficas ainda carentes de maior atenção por parte da pesquisa, a saber, estética filosófica, retórica filosófica e antropologia política, por exemplo, “*mimēsis / Nachahmung, Nachbildung, Darstellung (μίμησις; lat. imitatio)*”, isto é, “imitação” (p. 362-4); “*rhētorikē (sc. technē) / Rhetorik, Redekunst (ῥητορικὴ; lat. ars*

³ Cf., por exemplo, Sanctus THOMAS AQUINATIS, *In libros posteriorum analyticorum – expositio*, in: Sanctus THOMAS AQUINATIS, *Commentarium S. Thomae in Aristotelis libros Peri hermeneias et Posteriorum analyticorum – expositio*, Torino/Roma, Marietti Editori, 1955, I 1 XXIII (fundamental exposição de *Analytica posteriora* I 13).

rhetorica”), isto é, “retórica” ou “arte de falar” (p. 516-8); “bios / Leben, Lebensweise (βίος; lat. *vita*)”, isto é, “vida” ou “forma de vida” (p. 98-9). Finalmente, a obra inclui também termos que dizem respeito às contribuições de Aristóteles às ciências empíricas, sobretudo à biologia/zoologia, como, por exemplo, “kardia / Herz (καρδία; lat. *cor*)”, isto é, “coração” (p. 298-9). Nesse sentido, mais do que um *Léxico* aristotélico filosófico, a obra em apreço é um *Léxico* do pensamento aristotélico. É voltada, sobretudo, a pesquisadores da área da filosofia, mas também da história, teologia, antropologia, etc. E não só a pesquisadores, mas também a leigos e demais interessados, nos quais pode vir a despertar o desejo de ler as obras do Estagirita (cf. Prefácio, p. ix).

Em terceiro lugar, dos 342 (343) artigos de exposição – formulados com o intuito de mostrar compreensão *a partir* do discurso e das obras *do próprio* Aristóteles, cujas passagens são indicadas, a propósito, de acordo com a clássica edição de Immanuel Bekker das *Aristotelis Opera* (5 volumes, 1831-1870) – 86 (91)⁴ não vêm seguidos de pelo menos uma referência bibliográfica. Naturalmente, as referências bibliográficas tiveram de ficar reduzidas, devido ao escopo já deveras extenso da seção lexicográfica da obra (e, seja dito, naquela parte parcimônia é compensada com consciente atualização). De qualquer modo, diante do óbvio fato de indicações bibliográficas importantes e atualizadas serem um instrumento útil para o pesquisador, entendo que a ausência das mesmas, num número significativo de verbetes, é algo a ser lamentado – e que poderá ser corrigido numa reedição. Assim, seria tanto oportuno quanto simples preencher com literatura de apoio a explanação de termos como “hexis / Haltung (ἕξις; lat. *habitus*)”, isto é, “hábito” (p. 252-4),⁵ “kath’ hautō / an sich (καθ’ αὐτό; lat. *per se*)”, isto é, “por si” (p. 306-7),⁶ e “boulêsis / Wille (βούλησις; lat. *voluntas*)”, isto é, “desejo racional” ou “vontade” (p. 99-100).⁷

É o presente *Léxico Aristóteles* a primeira obra do gênero, na época contemporânea – tal que só agora o enciclopédico autor, de inequívoca importância na história da filosofia e, ele mesmo, criador da lexicografia conceitual filosófica (cf.

⁴ Em ainda outras 5 entradas, referências bibliográficas são meramente remetidas a um outro verbe do *Léxico*.

⁵ Cf., por exemplo, G. FUNKE, Hexis und Steresis: Kraft oder Vermögen?, in: *Archiv für Begriffsgeschichte*, 3 (1958), p. 46-66.

⁶ Cf., por exemplo, A. BÄCK, *On reduplication. Logical theories of qualification*, Leiden/New York/Köln, E. J. Brill, 1996; J. HINTIKKA, Necessity, universality, and time in Aristotle, in: J. BARNES; M. SCHOFIELD and R. SORABJI (eds.), *Articles on Aristotle 3. Metaphysics*, London, Duckworth, 1979, p. 108-24; M. MIGNUCCI, *La teoria aristotelica della scienza*, Firenze, G. C. Sansoni Editore, 1965; W. WIELAND, Die aristotelische Theorie der Notwendigkeitsschlüsse, in: F.-P. HAGER (Hrsg.), *Logik und Erkenntnislehre des Aristoteles*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1972, p. 308-38.

⁷ Cf., por exemplo, T. IRWIN, Who discovered the will?, in: *Philosophical Perspectives*, 6 (1992), p. 453-73; Ch. JEDIN, *Willensfreiheit bei Aristoteles?*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 2000; C. H. KAHN, Discovering the will: from Aristotle to Augustine, in: J. M. DILLON and A. A. LONG (eds.), *The question of “eclecticism” – Studies in later Greek philosophy*, Berkeley, University of California Press, 1988, p. 234-59; A. KENNY, *Aristotle’s theory of the will*, New Haven, Yale University Press, 1979.

os 30 conceitos de múltiplo significado no Livro V da *Metafísica*), foi domesticado por tal regra? Talvez a resposta seja positiva, ao menos, e curiosamente, para as línguas modernas titulares da filosofia. Isso, porém, não dispensa a menção da permanente relevância, para o estudo das expressões aristotélicas de conteúdo, da obra filológica de Hermann Bonitz, a saber, do *Index Aristotelicus* de 1870 (Berlin), uma espécie de índice de passagens, ordenado de acordo com os conceitos gregos (cf. Prefácio, p. ix). Mencionável é também a concordância em inglês elaborada por T. W. Organ, *An index to Aristotle in English translation* (Princeton, 1949), baseada na (primeira versão da) “tradução de Oxford” – essa mesma revisada e reeditada em 1984 (Princeton), em dois volumes, sob a coordenação de Jonathan Barnes.

É, enfim, relevante, hoje, empreender a publicação de tal dicionário? É claro que a relevância do pensamento aristotélico para hoje é uma forte razão de ser do *Léxico* e deveria ser, semelhantemente, razão de início da presente resenha. Não me parece devido restabelecer recepções críticas e inequívocas (como na Idade Média) ou distanciamentos frios e equívocos (como na Idade Moderna) face ao pensamento de Aristóteles. Certo parece ser que a grande maioria dos conceitos filosóficos de hoje tem significado permanentemente remissivo a Aristóteles e domínio de aplicação definido a partir de Aristóteles – a título de exemplo, quem pode duvidar, em metafísica, que o conceito de “realidade” está voltado inexoravelmente à concepção aristotélica daquela realidade primariamente concebível das entidades particulares, a saber, “substância” ou “ousia”, concepção que carrega consigo as lições primitivas de toda e qualquer teoria de objetos? Naturalmente, termos aristotélicos, como puros estrangeirismos ou como traduções convencionadas ou meramente estabelecidas para o hebraico, árabe e latim, se encontram há séculos (milênios!) na cultura ocidental e na oriental – hoje se fixaram praticamente em todas as línguas modernas. Em filosofia, particularmente, creio que reiterar a dita pergunta pela relevância em seguida parecerá *superfluo* ao que duvida: temas fundamentais da filosofia teórica atual permanecem remissivos a Aristóteles e circunscrevem certos domínios desde a sua obra, e isso é *manifesto* quando se discute acerca da natureza das entidades em geral, da causalidade, da linguagem, do conhecimento, do raciocínio, etc. E atualidade é ainda mais *irresistivelmente* atribuível à ética aristotélica, cuja fecundidade pode ser buscada na instigante história do “renascimento da filosofia prática” no século 20.⁸

Roberto Hofmeister Pich
Professor da PUCRS

⁸ Cf. E. BERTI, *Aristóteles no século XX*, São Paulo, Edições Loyola, 1997, p. 229-99.